

As heresias (século XII)

Uma heresia, a dos bons homens (denominação atestada em 1165), surgiu no século XII no Languedoc. Outra, a dos valdenses, aí aparece largamente implantada por volta de 1200. Esses movimentos ocupam, na história da cristandade, uma posição de destaque, porque suscitaram uma reação vigorosa que adquiriu duas formas sucessivas: uma cruzada que se desenrolou entre 1209 e 1229; e a instauração de uma nova instituição, a Inquisição, em 1231.

A Igreja define a heresia. Essa simples constatação sugere uma relação estreita entre elas e o fato de que a heresia consiste antes de tudo na rejeição da norma eclesiástica. Sem dúvida os clérigos da Idade Média sentiram e apresentaram essa recusa como a irrupção na área ocidental de uma lepra ou de um câncer oriundos do Oriente. Mas seria um erro tomar o discurso deles ao pé da letra: ele dá da heresia uma representação que traveste a realidade. Não se trata de um corpo estranho à cristandade, vindo de longe para subverter a verdadeira fé, mas de uma dissidência, de um desvio. A contestação dos dogmas e das instituições da Igreja romana nasce no coração do Ocidente cristão, é um fenômeno de origem interna.

A dissidência aparece, assim, como o prolongamento e a consequência da reforma gregoriana. Fundado na vida apostólica, o movimento gregoriano provoca a proliferação de correntes “evan-

géticas” para as quais a reforma conclama a uma superação permanente e não poderia congelar-se no institucional; além disso, ele exalta o sacerdócio e os religiosos regulares, constituindo-os em mediadores obrigatórios entre o mundo terrestre e o além, entre os fiéis, de um lado, e os mortos, os santos e Deus, de outro. Esses dois aspectos são evidentemente contraditórios, tanto mais que a clericalização acentuada da vida religiosa se efetua no mesmo momento da eclosão, principalmente no mundo urbano, de um laicato portador de novas aspirações espirituais. As cidades compõem, com efeito, um universo particular, aberto à ação, favorável à afirmação do indivíduo, caracterizado por contratos igualitários e solidariedades horizontais, em que os negócios geram uma reflexão fundada no raciocínio e favorecem a prática ampliada da escrita e da leitura. Elites se destacam, desejosas de participar ativamente do culto divino e de ter um acesso direto à Palavra de Deus; elas desejam uma religião que seja muito mais intercâmbio e convívio do que autoridade e que abra espaço para a meditação pessoal tanto quanto para os ritos. Em suma, esses leigos, em via de emancipação política, esperam paralelamente uma libertação espiritual. Além disso, como a Igreja ainda não levava em conta o surgimento das novas realidades econômicas, essas elites urbanas sofrem o opróbrio lançado sobre a atividade comercial, assim como sobre o comércio do dinheiro e sobre os que os praticam. Enfim, as novas elites são, no Languedoc, excluídas das dignidades eclesiásticas e monásticas, reservadas aos filhos da aristocracia: elas se veem, desse modo, privadas do magistério espiritual e do reconhecimento social. Fortes da sua afirmação política, reivindicam igualmente o fim da sua subordinação religiosa.

Tal estado de coisas alimenta inicialmente, na primeira metade do século XII, um vigoroso anticlericalismo. Depois o conflito se radicaliza: os movimentos evangélicos urbanos, definidos como movimentos de “pseudo-apóstolos”, são denunciados, ao contrário dos movimentos anteriores, que foram rapidamente integrados na instituição eclesiástica. Intervém sem dúvida uma fratura social: a pretensão dos cidadãos de portar a Palavra ten-

de a arruinar a preponderância da aristocracia na Igreja e na gestão do sagrado. Como se não bastasse, o respeito absoluto ao Evangelho aniquila a sociedade feudal em seus fundamentos, porque o texto sagrado veda tanto julgar como matar e proscree o juramento, nó das relações sociais. Os dissidentes opõem igualmente o Evangelho às instituições eclesiásticas. Pretextando um evangelismo literal, eles recusam sacramentos e hierarquia, sustentando que o modo de vida apostólico, e não a ordem (o fato de ser ordenado clérigo), funda o direito de pregar a Palavra.

Com o tempo, o choque entre os dissidentes e os clérigos produz efeitos múltiplos. Primeiro, uma divisão da contestação em dois ramos. Discípulos de Valdo, um mercador lionês, os valdenses admitem a Encarnação e a Redenção, mas rejeitam a Igreja e seus sacramentos, porque se trata de “obedecer a Deus, em vez de aos homens” (At 5, 29). Eles professam que cada um deles, em razão da pureza dos seus costumes, pode pregar, confessar e até consagrar o pão e o vinho. Eles não reconhecem entre si nenhuma hierarquia, Cristo é o único senhor. Adotam a pobreza e a mendicidade como condição prática do seu apostolado itinerante: nem bens, nem mulher, nem trabalho, com base no modelo dos apóstolos.

De seu lado, o anticlericalismo dos bons homens evolui progressivamente para o dualismo, amplificando certas latências do cristianismo da época “romana”. Eles rejeitam o mundo visível, como criação de Satanás, levando ao extremo o desprezo ao mundo assim como o ódio à carne e às vaidades terrestres que são expressas em tantos autores eclesiásticos nos séculos XI e XII. Retomam, radicalizando-a, a certeza de que o universo é campo de um combate entre as forças do mal, conduzidas pelo diabo, o Inimigo, onipresente, e as do bem, antagonismo figurado na decoração pintada e esculpida das igrejas mais humildes. Mas a passagem de uma concepção unitária à concepção dualista do mundo parece, nos bons homens, proceder antes de mais nada da vivência, assim como do desenvolvimento da lógica e da dialética nas escolas. As lutas e as condenações geram neles o sentimento de uma ruptura total entre o Evangelho e o século: esse

dualismo vivenciado acaba suscitando um dualismo ontológico. Este último nasce também de uma reflexão sobre a incompatibilidade entre a onipotência de Deus e o livre curso do mal no mundo. Produto, ou antes, contraproduto da teologia nascente, a “cisão do universal” (Jean Jolivet) permite questionar a unidade entre Igreja e sociedade. O dualismo implica uma doutrina particular da criação, assim como das relações entre Deus e o mundo. Os bons homens do Languedoc rejeitam a Encarnação e a Redenção pela cruz. Mas sua dissidência não deixa de ser de inspiração cristã. Eles se baseiam exclusivamente na Bíblia, sobretudo no Novo Testamento, que leem e comentam em língua vernácula. O “Pai-nosso” é sua única prece. A regra de vida que observam se conforma aos preceitos evangélicos. Sua liturgia, muito simples, comporta apenas elementos tomados de empréstimo à tradição da Igreja.

Outras dissidências religiosas surgem em diversas regiões do Ocidente latino a partir de 1120, notadamente nas regiões do Meuse, na Renânia e na Itália setentrional e central. Antes mesmo do fim do século XII, os clérigos estendem sobre esses movimentos o manto da unidade, reunindo-os sob uma denominação genérica: *heretica pravitas*, perversão herética. Dão corpo assim a um fantasma nascido do medo que a contestação lhes causa. Nos fatos, não há nenhum vínculo orgânico entre essas dissidências de estruturas frouxas, ainda que suas aspirações coincidam. É injustificado portanto pensá-las como *uma* Igreja e *uma* doutrina. A esse respeito, o emprego dos termos “cátaros” e “catarismo”, indiferentemente aplicados às dissidências religiosas desabrochadas na cristandade ocidental entre 1000 e 1300, se mostra totalmente ilegítimo. O Languedoc medieval ignora esses vocábulos, só conhecem “bons homens” e seus “crentes”.

A partir de 1200, os valdenses do Sul são mal conhecidos, na falta de arquivos suficientes. Constata-se porém sua persistência até fins do primeiro terço do século XIV. Eles são recrutados principalmente na classe média das cidades, a dos artesãos. O Languedoc serve igualmente de refúgio para valdenses vindos da Savoia e da Borgonha. Quanto aos fiéis dos bons homens, eles

pertencem às elites urbanas do saber e da riqueza. A estas últimas se junta uma parte da pequena aristocracia meridional: largamente excluída do prestígio, do poder e dos rendimentos dos benefícios eclesiásticos, detentora das igrejas fundadas por seus membros e, por isso mesmo, dos dízimos que lhe são vivamente contestados, ela se inclina naturalmente para o anticlericalismo, depois para um clero desprendido dos bens deste mundo e que atenda a demandas espirituais que também são as dela. O fato de a dissidência dos bons homens ser peculiar às elites ajuda a compreender sua rejeição do sensível e seu distanciamento da religião popular, muito apegada ao concreto: rejeição dos milagres, das imagens, das relíquias e da pompa dos rituais. Seu recrutamento sociológico a torna bastante minoritária, nas cidades como no campo: ela atinge cinco por cento da população no máximo, e o valdismo menos ainda. Os clérigos pretendem que o sul da França está totalmente “gangrenado” pela heresia; mas essa asserção decorre da polêmica combatente e não descreve em absoluto a realidade.

Resta que o radicalismo evangélico traz em si a aniquilação dos poderes temporais e espirituais, associados por laços estreitos. A Igreja, em razão inclusive da sua função espiritual e escatológica, numa época em que religião, natureza e sociedade são coextensivas, define o quadro das relações sociais e das condutas; ela é uma instância reguladora maior, na qual se apoiam os poderes do século. A defesa da unidade de fé, espiritual mais do que tudo, interessa não apenas à instituição eclesiástica mas também, com ela, a todo o sistema social. Por isso bons homens e valdenses suscitam vivíssimas reações, cuja violência é correlata ao caráter revolucionário das suas proposições.

JEAN-LOUIS BIGET